



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026

REGISTRO DE PREÇOS 001/2026

PROCESSO 006/2026

CONTRATANTE (UASG 984069)
(PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, ATRAVÉS DE RECAPEAMENTO E TAPA BURACO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$10.288.207,70 (dez milhões duzentos e oitenta e oito mil duzentos e sete reais e setenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/01/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME DE EXECUÇÃO

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO	15
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	18
10. DO TERMO DE CONTRATO	26
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	26
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	27
13. DOS RECURSOS	28
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	29
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	31
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	32



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



MODELO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026

(Processo Administrativo nº 006/2026)

O **MUNICÍPIO DE ARAGUARI-MG**, por meio Secretaria Municipal de Licitações, Compras, Contratos e Tecnologia da Informação, sediada na Praça Gaioso Neves nº 129, Centro, CEP: 38.440-001, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, para atender a demanda da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, ATRAVÉS DE RECAPEAMENTO E TAPA BURACO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, conforme planilha constante do Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

LOTE 01 – SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO - TAPA BURACOS COM CBUQ

LOTE 02 – SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO – RECAPEAMENTO COM CBUQ

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Licitações Eletrônicas LICITANET (www.licitanet.com.br).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no LICITANET até o horário previsto para início da sessão.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será assegurado ao interessado o direito a realização de vistoria prévia, mediante agendamento a ser feito na Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do Tel.: 34 9 9922 - 2629. A data e horário estarão a cargo do servidor designado para esse fim e será de acordo com as datas e prazos estabelecidos para o certame.

3.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.9. O licitante que optar por **não realizar** a vistoria técnica deverá, obrigatoriamente, apresentar juntamente com sua proposta uma **Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto**, assinada pelo responsável técnico, atestando que tem pleno conhecimento das condições de execução, da complexidade e das peculiaridades da contratação.

3.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer peças documentais e também detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.12. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.12.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.12.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.12.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.12.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.12.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.12.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.12.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.12.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.13. O impedimento de que trata o item 3.12.66 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.12.4 e 3.12.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.16. O disposto nos itens 3.12.4 e 3.12.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.18. A vedação de que trata o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**2.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.43 e 9.49.1 deste Edital.

5.3. Para fins de comprovação da idoneidade do licitante, devem ser juntadas as seguintes certidões em nome da empresa e do sócio majoritário:

5.3.1. SICAF, se houver;

5.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor total do LOTE;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **lote**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1%(um por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada **preferência, sucessivamente**, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas em âmbito local, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei Municipal nº 6.757, de 25 de abril de 2023;

7.24.2. empresas estabelecidas em âmbito regional, nos termos do art. 4º, inciso II, da Lei Municipal 6.757, de 25 de abril de 2023;

7.24.3. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.4. empresas brasileiras;

7.24.5. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.6. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.27.1. A licitante deverá encaminhar dentro do prazo estabelecido no subitem 6.26.5, junto à proposta readequada, as planilhas constantes na Pasta Técnica anexa:

7.27.1.1. As Planilhas Orçamentárias de Lote 01 e 02;

7.27.1.2. A Planilha de composição unitária;

7.27.1.3. A Planilha de composição do BDI;

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. *Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:*

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. O licitante deverá comprovar sua Qualificação Econômico-Financeira, nos termos do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Pessoa Física/Sociedade Simples: Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples.

b) Demais Pessoas Jurídicas: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.24. Apresentação de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados e publicados na forma da lei, comprovando:

a) Índices Financeiros: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

b) Atestado Contábil: O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

9.27. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado **inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação:

a) Patrimônio Líquido Mínimo: Comprovação de Patrimônio Líquido (PL) de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação (R\$ 10.288.207,70), conforme § 3º do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021. b) Capital Social/PL Adicional: Adicionalmente, em razão da complexidade e alto valor dos serviços de engenharia (Lote 02 - Recapeamento), a licitante deverá comprovar que possui Capital Social ou Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor global do contrato.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Qualificação Técnica

9.29. Do Conhecimento das Condições Locais;

- a) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- b) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo Responsável Técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme facultado pelo art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.30. Da Regularidade no Conselho de Classe;

- a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade;
- b) Caso a licitante seja sediada em outra jurisdição e apresente registro de outro estado, se a mesma se consagrar vencedora, deverá providenciar o visto junto ao CREA/MG como condição indispensável para a assinatura do contrato, nos termos da legislação em vigor;
- c) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Profissional

9.31. A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, na data da entrega da proposta, profissional(is) de nível superior (**Engenheiro Civil**), devidamente registrado(s) no CREA, detentor(es) de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto pretendido;

9.32. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução dos serviços, assumindo a Responsabilidade Técnica (ART) pela obra, e ter sua assiduidade garantida no local do serviço;

9.33. Será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

9.34. Para fins de comprovação da experiência do profissional (Item 9.31), consideram-se serviços de características semelhantes:

- a) Para o Lote 01 (Conservação): Experiência na execução, fiscalização ou supervisão de serviços de manutenção de pavimentos, tapa-buracos ou conservação viária.
- b) Para o Lote 02 (Restauração): Experiência na execução, fiscalização ou supervisão de serviços de pavimentação asfáltica, recapeamento ou restauração viária em CBUQ.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. A licitante deverá comprovar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



registrado(s) no CREA (**Certidão de Acervo Técnico - CAT do profissional** vinculado à empresa ou Certidão de Registro de Atestado), comprovando a execução dos serviços de maior relevância técnica conforme abaixo:

9.35.1. Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços com as seguintes características mínimas, segregadas por lote:

I- Para o Lote 01 (Serviço de Conservação – Tapa-buracos):

a) Comprovação de experiência na execução de serviços de manutenção ou conservação de pavimentos asfálticos (tapa-buracos e/ou remendos) com fornecimento e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

II- Para o Lote 02 (Serviço de Restauração – Recapeamento):

a) Comprovação de execução de serviços de Pavimentação ou Recapeamento Asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Camada de Rolamento (espessura média compatível com o projeto, ex: 3,0 a 5,0 cm).

b) O atestado deverá comprovar que a aplicação da massa asfáltica foi realizada de forma **MECANIZADA**, com a utilização de equipamento Vibroacabadora de Asfalto, conforme necessidade técnica apontada no Estudo Técnico Preliminar.

c) Comprovação de execução de **área igual ou superior a 36.332,00 m²** (trinta e seis mil trezentos e trinta e dois metros quadrados).

c.1) A exigência de quantitativo mínimo de 40% para o Lote 02 busca garantir que a empresa contratada possua "cintura financeira" e logística operacional comprovada para suportar o volume de obra demandado. A parcela de pavimentação representa a maior relevância técnica e financeira, sendo imperativo mitigar riscos de inexecução contratual em serviços viários de grande porte, assegurando o interesse público e a qualidade do resultado.

9.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

9.37. *Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*

9.38. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.*

9.39. *Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;*

9.40. *Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.*



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



9.41. *A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.*

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.42.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.42.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.43. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.44. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.46. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



9.46.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.46.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original; por cópia autenticada digitalmente ou em cartório; por servidor público municipal de Araguari-MG lotado na Secretaria Municipal de Logística, Licitações, Compras, Contratos e Tecnologia da Informação ([conforme a Lei Federal nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#)).

9.46.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.46.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.46.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.46.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.46.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.47. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.48. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.48.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.49. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.49.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.49.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.50. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.50.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.50.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.51. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.51.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.51.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.52. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida do licitante, implicando sua inabilitação.

9.53. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.54. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.26.5.

9.55. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.56. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.57. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.58. **OUTROS DOSCUMENTOS**

9.58.1. **DECLARAÇÃO (declaração em modelo próprio da licitante) ou TERMO DE VISTORIA (expedido pela Secretaria MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) na forma exigida no item 3.9 deste Edital, que conhece o(s) local(is) e as condições de realização dos serviços da natureza e do escopo dos**



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



mesmos, tendo ciência de todas as condições e eventuais dificuldades para sua execução contratual, conhecendo as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, possuindo independentemente de vistoria “in loco” todas as informações que possam ser necessárias para elaboração da proposta e execução do contrato.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 [cinco] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 [cinco] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 [cinco] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 [cinco] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 0 e 0 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Secretaria de Logística, Licitações, Compras, Contratos e Tecnologia da Informação.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente, por forma eletrônica, no site <https://www.licitanet.com.br/>

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, no site <https://www.licitanet.com.br/>.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://www.araguari.mg.gov.br/licitacoes-portal> e no Sistema de Licitações Eletrônico LICITANET (www.licitanet.com.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Araguari, 13 de janeiro de 2026

RODRIGO DA SILVA CARDOSO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto: Seleção de propostas para o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia para execução de serviços de conservação e restauração de infraestrutura viária, Pavimentação Asfáltica através de recapeamento CBUQ a quente, em diversas ruas no Município de Araguari/MG, parcelado em dois lotes:

- **Lote 01 (Serviço de Conservação):** Prestação de serviços de conservação de pavimentos viários (tapa-buracos) por tonelada, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ), para manutenções rotineiras em diversas vias do Município de Araguari/MG e distritos, conforme demanda da Secretaria.
- **Lote 02 (Serviço de Restauração):** Execução de serviço de engenharia de infraestrutura viária através de recapeamento asfáltico em CBUQ a quente, e respectiva Sinalização Horizontal, nas vias prioritárias e demais vias do município de Araguari-MG, conforme demanda da Secretaria de Infraestrutura.

Lotes	Descrição	Qtde	Unidade Medida	Valor
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS VIÁRIOS (TAPA-BURACOS) POR TONELADA, COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ), PARA MANUTENÇÕES ROTINEIRAS EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG E DISTRITOS, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA.	1,00	SERV	R\$ 3.332.480,00
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA ATRAVÉS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ A QUENTE, E RESPECTIVA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, NAS VIAS PRIORITÁRIAS LISTADAS ABAIXO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO.	1,00	SERV	R\$ 6.955.727,70



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



1.2. Conforme definido no ETP, ambos os lotes são classificados como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Conforme definido no ETP, o regime de execução será:

- Lote 1 – Empreitada por Preço Unitário
- Lote 2 – Empreitada por Preço Unitário

1.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

1.5. Os prazos de execução não se confundem com o prazo de vigência. O prazo para a conclusão de cada frente de serviço (Lote 01 ou Lote 02) será definido individualmente em cada Ordem de Serviço emitida pela Secretaria.

1.6. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, caso demonstrada a vantagem para a Administração, com base no Art. 106 e/ou Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 (referentes a Serviços e Fornecimentos Contínuos), conforme fundamentado no ETP.

1.6.1 Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato. Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. A execução dos serviços será regida pelas especificações deste Termo de Referência, pelas Planilhas de Orçamento Referencial e pelas seguintes diretrizes metodológicas:

1.8.1. Caberá à CONTRATANTE (SEINFRA) fornecerá a Ordem de Serviço (O.S.) indicando as diretrizes básicas do serviço (ex: logradouros, trechos de intervenção).

1.8.2. Caberá à CONTRATADA a elaboração e apresentação obrigatória, para fins de controle, medição e aprovação pela Fiscalização, dos seguintes documentos de execução:

- **Croquis** ou esquemas de execução (detalhando a aplicação);



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Diário de Obra (RDO);
- **Relatório Fotográfico** (antes, durante e depois);
- Boletim de Medição.

1.9. Os Croquis (ou Esquemas de Execução), de responsabilidade da CONTRATADA, têm a finalidade de orientar a execução da frente de serviço (vinculada a uma Ordem de Serviço - O.S.) e delimitar o escopo para fins de medição. Deverão conter a identificação da O.S. correspondente, a identificação clara do local (logradouro e trechos), um desenho esquemático (planta baixa simplificada) da área de intervenção com seus limites de execução (início e fim) e o respectivo dimensionamento (cotas de comprimento e largura). Obrigatoriamente, deverão apresentar o cálculo de área (m²) resultante, que servirá de base para a medição dos serviços executados por área.

1.10. O Diário de Obra (RDO) destina-se ao registro cronológico, factual e diário de todas as atividades e eventos relevantes ocorridos na frente de serviço. Deverá conter, no mínimo, a data, as condições climáticas (essenciais para serviços asfálticos), o efetivo de mão de obra (quantitativo e função), a lista de equipamentos em operação (com horas de uso), a descrição detalhada dos serviços executados (com quantitativos diários, ex: "50 ton aplicadas"), o registro de recebimento de materiais (como CBUQ) e um campo para ocorrências relevantes (interrupções, visitas da fiscalização, interferências). O RDO deve ser assinado diariamente pelo responsável técnico da CONTRATADA.

1.11. O Relatório Fotográfico tem como finalidade prover evidência visual inequívoca da necessidade, da execução e da conclusão dos serviços. O relatório deverá ser organizado por local/O.S. e conter fotografias obrigatoriamente datadas e com identificação do local (georreferenciamento ou legenda clara). Deverá conter registros do "Antes" (demonstrando o estado da via antes da intervenção), "Durante" (comprovando as etapas-chave do processo, como pintura de ligação e aplicação da massa) e "Depois" (mostrando o serviço concluído e finalizado).

1.12. O Boletim de Medição é o documento formal pelo qual a CONTRATADA solicita o pagamento dos serviços efetivamente executados em determinado período. Deverá conter a identificação do Contrato, o período de referência (ex: 01/12 a 31/12) e as Ordens de Serviço (O.S.) executadas. A parte central do BM será uma planilha de quantitativos que liste cada serviço (conforme a planilha de preços unitários da licitação), sua unidade (ton, m², m), o preço unitário contratual, a quantidade executada no período e o valor total. O BM deverá, obrigatoriamente, ser acompanhado da respectiva memória de cálculo e referenciar os Croquis e RDOs que justificam e comprovam os quantitativos medidos, sendo submetido à conferência e aprovação da Fiscalização.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



1.13. A Contratada deverá atender as Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, que são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

1.14. O não cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho acarretará a CONTRATANTE sobre a CONTRATADA a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

1.15. Constitui ato faltoso a recusa injustificada do empregado ao cumprimento de suas obrigações com a segurança do trabalho.

1.16. A Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da contratação, a justificativa técnica para o parcelamento e o detalhamento dos quantitativos estão pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que fundamenta e é parte integrante deste Termo de Referência (TR).

2.2. A contratação visa suprir duas necessidades distintas, conforme Seção 3 do ETP:

2.2.1. **Lote 01 (Conservação):** Atender à demanda rotineira de manutenção paliativa (tapa-buracos), comprovada pela detecção de **3.460 buracos**.

2.2.2. **Lote 02 (Restauração):** Reverter o grave passivo de infraestrutura e o déficit de manutenção estrutural, comprovado pela demanda imediata de **90.829,56 m²** de área degradada ("Ruim", "Péssimo" e "Regular"), e demais necessidades futuras.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2.025 e foi originado pelo Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 376/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução técnica adotada para a contratação baseia-se no diagnóstico da Seção 6 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), dividida conforme a natureza da intervenção.

3.1.1. **Lote 01 (Serviço de Conservação - Tapa Buracos):** A solução consiste na correção pontual de patologias no pavimento (buracos e deformações), visando a trafegabilidade imediata. A execução deverá seguir rigorosamente as normas DNIT 031/2.006-ES, DNIT 145/2.010-ES e DNIT 154/2010-ES,



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



compreendendo as etapas de: requadramento (corte), limpeza, pintura de ligação (emulsão RR-1C), aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ - Faixa C) e compactação mecânica.

3.1.2. **Lote 02 (Serviço de Restauração - Recapeamento):** A solução consiste na restauração estrutural e funcional do pavimento mediante aplicação de nova capa asfáltica. * A execução será realizada sob demanda (Ordem de Serviço), orientada pelos Croquis de Execução elaborados pela Contratada, e deverá incluir minimamente: limpeza e preparo da superfície, pintura de ligação, aplicação da camada de CBUQ, execução de sarjetas (quando aplicável), sinalização viária horizontal e limpeza final.

3.2. Visando a sustentabilidade do ciclo de vida do objeto e o atendimento à legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 307/2002), todo o material resultante de fresagem, cortes ou remoção de pavimento asfáltico (Resíduos Classe A) deverá ser obrigatoriamente recolhido pela Contratada e destinado à Usina de Reciclagem de Material de Construção Civil (situada na Rua João Rodrigues da Cunha, 2010, Bairro Parque dos Verdes), conforme definido no ETP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. A CONTRATADA, como grande geradora de resíduos, deverá **elaborar e implementar** um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em estrita conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), conforme exigido na Seção 13 do ETP.

4.1.2. Para a execução do objeto a Licitante deve apresentar um Plano de Gerenciamento de resíduos da Construção Civil (PGRCC) atendendo os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis como:

- a) Uso de materiais de construção sustentáveis;
- b) Reutilização de matéria prima de demolição;
- c) Reciclagem de materiais;
- d) Sistemas de contenção de resíduos no canteiro de obra.
- e) O plano de execução da licitante deverá ser fundamentado na política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos, e estão previstos no art. 5º da Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020, são eles:
 - f) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
 - g) Gestão adequada dos resíduos gerados;
 - h) Qualidade de vida no ambiente de trabalho;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- i) Compras públicas sustentáveis;
- j) Sensibilização e capacitação

4.2. Subcontratação

4.2.1. Fica vedada a subcontratação da parcela principal do objeto. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente para o serviço de SINALIZAÇÃO HORIZONTAL integrante do Lote 02, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total deste serviço, caso a licitante vencedora não possua expertise ou equipamentos próprios para esta etapa específica, vedando-se a subcontratação das demais parcelas (sarjetas, drenagem, aplicação de massa asfáltica etc.);

4.2.2. Fica vedada a subcontratação do item considerado de maior relevância técnica e que caracteriza o escopo principal de ambos os lotes, sendo:

- FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO A QUENTE (CBUQ).

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

4.3.2. Tratando-se de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.3.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.3.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser fornecida pela Administração, com correção monetária.

4.3.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.3.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.3.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.3.8. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.3.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.3.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.3.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



4.3.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.3.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.3.14. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.3.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.3.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.3.17. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.3.18. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.3.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.20. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.3.21. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.3.22. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.3.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.3.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



4.3.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.4. Vistoria

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços será facultativa para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, mediante agendamento a ser feito na Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do Tel.: 34 9 9922 - 2629. A data e horário estarão a cargo do servidor designado para esse fim e será de acordo com as datas e prazos estabelecidos para o certame.

4.4.2. Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.3. O licitante que optar por **não realizar** a vistoria técnica deverá, obrigatoriamente, apresentar juntamente com sua proposta uma **Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto**, assinada pelo responsável técnico, atestando que tem pleno conhecimento das condições de execução, da complexidade e das peculiaridades da contratação.

4.4.4. A não realização da vistoria (seja ela realizada ou substituída pela Declaração) não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir integralmente os ônus decorrentes.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. O início da execução de cada frente de serviço (referente aos Lotes 01 ou 02) deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de recebimento da respecta Ordem de Serviço (O.S.).

5.1.2. A execução dos trabalhos não será regida por um cronograma físico-financeiro global pré-estabelecido. Conforme definido no ETP, o prazo para a conclusão de cada frente de serviço será definido individualmente em cada Ordem de Serviço emitida pela SEINFRA.

5.1.3. O descumprimento do prazo de execução estabelecido na Ordem de Serviço (O.S.) sujeitará a CONTRATADA às sanções de mora, salvo se devidamente justificado (ex: dias de chuva impeditivos, comprovados no RDO) e a justificativa for acatada pela Fiscalização.

5.2. Documentos de Controle e Medição (Obrigação da Contratada)

5.2.1. Conforme metodologia definida no ETP, a CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à Fiscalização, para fins de controle e medição, os seguintes documentos:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Diário de Obra (RDO): Deverá ser preenchido diariamente, assinado pelo responsável técnico, e apresentado juntamente com a medição.

- Relatório Fotográfico: Com datas e locais (antes, durante e depois).

- Croquis de Execução: Detalhando as áreas e serviços.

- Boletim de Medição: Consolidando os quantitativos executados.

5.2.2. Os Boletins de Medição serão analisados pela Fiscalização se estiverem devidamente acompanhados de toda a documentação de controle (RDO, Croquis e Relatório Fotográfico) que justifique os quantitativos medidos.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços.

5.3.1. Os serviços de tapa-buracos (Lote 01) serão executados "conforme demanda", em **diversas vias** do Município de Araguari/MG e distritos. Os locais exatos de intervenção serão definidos pela Fiscalização e informados à CONTRATADA por meio das Ordens de Serviço (O.S.).

5.3.2. Os serviços de recapeamento (Lote 02) serão executados em vias prioritárias do Município de Araguari/MG. A definição dos trechos a serem executados será realizada pela SEINFRA, mediante Ordem de Serviço (O.S.), observando os critérios de priorização técnica (vias com maior índice de degradação "Ruim" ou "Péssimo") identificados nos estudos que fundamentam o ETP, bem como outras necessidades de restauração identificadas pela Secretaria durante a vigência contratual.

5.3.3. Os serviços deverão ser executados preferencialmente em horário comercial, de **segunda-feira a sexta-feira, das 08h00 às 17h00**.

5.4. Rotinas a serem cumpridas.

5.4.1. A jornada de trabalho deverá estar regulada conforme CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que estabelece um limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais para a maioria das atividades. Caso seja necessário a realização de horas extras com funcionários, estas serão de inteira responsabilidade da contratada.

5.4.2. Caso seja necessária a realização de horas extras para o cumprimento dos prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço, todos os custos e responsabilidades decorrentes serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo ônus adicional à CONTRATANTE.

5.5. Materiais a serem disponibilizados.

5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços (Lote 01 e Lote 02), a CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente, e às suas expensas, toda a mão de obra especializada, materiais (CBUQ, emulsão, etc.), equipamentos, maquinários (vibro acabadoras, rolos, caminhões espargidores etc.) e ferramentas necessárias.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



5.5.2. Todos os recursos empregados deverão atender, no mínimo, às quantidades, qualidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos (Planilhas de Preços Unitários), no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nas Normas Técnicas pertinentes (ABNT/DNIT) e nas diretrizes da Ordem de Serviço correspondente.

5.6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6.1. A proposta de preços da licitante deverá ser dimensionada com base nos requisitos técnicos deste Termo de Referência e nos quantitativos detalhados nas Planilhas de Orçamento Referencial (Anexos deste TR), que foram fundamentadas nas estimativas de demanda do ETP.

5.6.2. A proposta será julgada por **Menor Preço por Lote**, devendo a licitante apresentar seus preços unitários para cada item das planilhas.

5.6.3. Para o **Lote 01 (Conservação)**, o dimensionamento deve considerar o regime de **Preço Unitário (por tonelada)**, executado sob demanda (via O.S.), para atender à necessidade rotineira (estimada com base em 3.460 detecções de buracos). Os preços unitários devem incluir todas as etapas (corte, pintura RR-1C, CBUQ Faixa C, compactação).

5.6.4. Para o **Lote 02 (Restauração)**, o dimensionamento deve considerar o regime de **Preço Unitário (por m², m³, ton., etc.)**, executado sob demanda (via O.S.), para atender à necessidade de restauração (estimada em 90.829,56 m² de área degradada). Os preços unitários devem incluir todas as etapas (limpeza, pintura de ligação, CBUQ, sinalização horizontal etc).

5.6.5. A licitante deverá dimensionar seus custos (BDI e custos indiretos) considerando que será sua **responsabilidade** a elaboração de toda a documentação de controle e medição (Croquis, Diário de Obra, Relatório Fotográfico e Boletim de Medição), conforme metodologia definida no Item 1.5 e 5.2 deste TR.

5.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7.1. Em conformidade com o Art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e com a legislação civil aplicável, a CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e qualidade dos serviços de engenharia executados (Lote 01 e Lote 02).

5.7.2. A CONTRATADA fica obrigada a refazer, integralmente às suas expensas, os serviços que apresentarem vícios, defeitos construtivos ou desgaste prematuro (não compatível com o uso normal da via) durante a vigência da garantia.

5.7.3. O prazo de garantia de solidez e segurança dos serviços de engenharia executados será de **5 (cinco) anos**, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em conformidade com o Artigo 618 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

5.8. Uniformes



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer ônus para seus empregados, uniformes completos e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequados às atividades de pavimentação e às estações climáticas, atendendo integralmente ao disposto na Norma Regulamentadora nº 06 (NR-6) do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.8.2. Os uniformes deverão ser condizentes com os riscos da atividade de aplicação de CBUQ e tráfego viário, compreendendo, no mínimo, calças compridas, camisas de manga longa (para proteção contra insolação e respingos de emulsão/massa) e calçados de segurança (botas).

5.8.3. É obrigatório o fornecimento e o uso de coletes de sinalização de alta visibilidade (refletivos), conforme a Norma ABNT NBR 15292, para todos os trabalhadores que atuem nas frentes de serviço (vias públicas), garantindo sua visualização diurna e noturna pelo tráfego de veículos.

5.9. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9.1. O recebimento do objeto (Lotes 01 e 02) seguirá o rito estabelecido no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.9.2. Recebimento Provisório (TRP): Ao término da vigência contratual (ou após a conclusão da última Ordem de Serviço executada), e desde que todos os serviços estejam medidos e as obrigações de controle (RDOs, Croquis etc.) tenham sido integralmente entregues e aprovadas, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP).

5.9.3. Recebimento Definitivo (TRD): O Termo de Recebimento Definitivo (TRD) será emitido pela Fiscalização após transcorrido o prazo de observação de 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do TRP.

5.9.4. A emissão do TRD ocorrerá desde que, no período de observação, não se verifique nenhuma pendência, irregularidade ou vício no serviço que esteja em desacordo com as especificações contratuais.

5.9.5. A emissão do TRD encerra as obrigações contratuais ordinárias, dando início à contagem da Garantia de Solidez (conforme Item 5.7 deste TR e Art. 618 do Código Civil) e permitindo a liberação da Garantia de Execução (conforme Item 4.3 deste TR).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Designação da Fiscalização

6.1.1. O contrato será gerido e fiscalizado por servidores designados pela CONTRATANTE, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Conforme definido na Seção 12 do ETP, a Administração indicará **Fiscais de Contrato distintos para cada Lote**, que atuarão com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços, a realização das medições (por Preço Unitário) e o cumprimento integral do contrato.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato (ou de uma Ordem de Serviço específica), o prazo de execução (referente à O.S. impactada ou ao contrato como um todo) será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim, através do endereço secobras@araguari.mg.gov.br.

6.1.6. A CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA a qualquer momento para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.7. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial.

6.2. Responsável técnico da contratada

6.2.1. A CONTRATADA deverá designar formalmente, antes do início dos serviços, um Responsável Técnico (RT), que deverá ser o engenheiro detentor do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (Acervo Técnico) apresentado(s) para fins de qualificação na licitação, ou outro profissional cujos atestados sejam comprovadamente iguais ou superiores.

6.2.2. O RT será o fiador da qualidade técnica dos serviços (Lote 01 e Lote 02) e deverá garantir que a execução de todas as Ordens de Serviço (O.S.) esteja em conformidade com as normas técnicas (ABNT/DNIT) e as especificações deste Termo de Referência.

6.2.3. A responsabilidade do RT não se dará por presença "semanal", mas sim pela **responsabilidade direta sobre cada serviço executado**. O RT deverá estar acessível à Fiscalização, realizar visitas técnicas "in loco" conforme a necessidade do serviço e será o responsável por supervisionar, validar e assinar (seja fisicamente ou por meio de ART de acompanhamento) os documentos de controle da CONTRATADA (Croquis, Diários de Obra e Boletins de Medição), atestando a veracidade e a qualidade dos serviços ali medidos.

6.2.4. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, o Responsável Técnico indicado, hipótese em que a CONTRATADA deverá designar outro profissional qualificado para o exercício da atividade.

6.3. Fiscalização



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



6.3.1. A execução do **Contrato** deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor(a) **Paulo Araújo** – MATRÍCULA 52973 e como Fiscal de Serviços o servidor **Willian Santos Oliveira** – MATRÍCULA 258867 ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.4. Fiscalização Técnica – Fiscal de Obra ou Serviço

6.4.1. Estabelece que, para a consecução do objeto, os Fiscais designados pela SEINFRA (um para cada Lote, conforme ETP) deverão recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização de serviço de engenharia;

6.4.2. Cobrar da CONTRATADA a manutenção de um arquivo atualizado na nuvem ou no canteiro, contendo, no mínimo: este Termo de Referência, as Normas Técnicas (ABNT/DNIT), as Ordens de Serviço (O.S.) recebidas, a ART de execução e todos os documentos de controle (Croquis, RDOs, Boletins de Medição) gerados;

6.4.3. Analisar, aprovar ou solicitar correções nos Croquis de Execução submetidos pela CONTRATADA antes do início da respectiva frente de serviço;

6.4.4. Certificar-se da existência e do correto preenchimento do Diário de Obra (RDO) e do Relatório Fotográfico (com data e local), exigindo-os como condição para a medição;

6.4.5. Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução definidos em cada Ordem de Serviço (O.S.) e informar ao Gestor do Contrato qualquer atraso injustificado (excluindo-se, por exemplo, dias de chuva comprovados no RDO);

6.4.6. Acompanhar as etapas de execução e, precipuamente, conferir e atestar os Boletins de Medição apresentados pela CONTRATADA, validando os quantitativos (ton, m², etc.) medidos em campo;

6.4.7. Determinar a restauração ou refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com este Termo de Referência, as Normas Técnicas (DNIT/ABNT) ou o Croqui aprovado;

6.4.8. Determinar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis (ex: CBUQ fora da faixa, emulsão incorreta);

6.4.9. Solicitar, se necessário, a realização de testes, exames e ensaios para o controle de qualidade dos serviços e materiais (ex: ensaios de compactação, teor de betume, etc.);

6.4.10. Comunicar ao Gestor de Contrato, por escrito, a ocorrência de circunstâncias que sujeitem a CONTRATADA a sanções (multa, paralisação) ou rescisão contratual;

6.4.11. Elaborar registros, comunicações e pareceres técnicos sobre o andamento dos serviços, esclarecimentos e providências necessárias.

6.4.12. Opinar sobre pedidos de aditamentos contratuais de serviços e prazos.

6.4.13. Verificar se o conjunto de serviços executados está em perfeitas condições e atende ao objeto contratado e, ao final, lavrar o Termo de Recebimento Provisório (TRP).



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6.4.14. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.4.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.4.16. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.4.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.4.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.4.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.5. Fiscalização Administrativa – Fiscal de Contrato

6.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.5.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- Acompanhar o controle dos prazos de vigência contratual e de validade da garantia de execução, alertando o Gestor com antecedência mínima de 90 (noventa) dias sobre o vencimento para fins de prorrogação ou nova licitação.
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, consultando regularmente as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária (SICAF, CND Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT) antes de cada pagamento.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Conferir a regularidade fiscal das Notas Fiscais/Faturas apresentadas, zelando pelo correto recolhimento dos tributos e retenções legais.
- Controlar o saldo orçamentário do contrato e dos empenhos, solicitando reforços ou anulações conforme a execução financeira.
- Acompanhar a tramitação dos processos de pagamento, zelando para que a liquidação e o pagamento ocorram nos prazos contratuais, evitando encargos moratórios para a Administração.
- Formalizar os processos de apostilamento (reajustes) e termos aditivos (prorrogação, alteração de valor), instruindo-os com a documentação necessária.
- Comunicar ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade administrativa (ex: certidão vencida, falha na garantia) que impeça o pagamento ou a continuidade do contrato.
- Por se tratar de serviço de engenharia sem dedicação exclusiva de mão de obra, a fiscalização administrativa exigirá da CONTRATADA, mensalmente, apenas a comprovação genérica da regularidade trabalhista (CNDT e CRF-FGTS), estando dispensada de realizar a conferência individualizada de folhas de pagamento, cartões de ponto ou recibos de férias dos funcionários da empresa, salvo em caso de denúncia formal ou indícios graves de irregularidade.

6.6. Gestor do Contrato

6.6.1. Cabe ao gestor do contrato:

- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando todos os registros formais (Ordens de Serviço, RDOs, Medições, Apostilamentos) no histórico de gerenciamento, garantindo a integridade do arquivo contratual.
- Supervisionar a atuação dos Fiscais Técnico e Administrativo, acompanhando os registros de ocorrências e as medidas saneadoras adotadas, e tomar providências quanto àquelas que ultrapassarem a competência dos fiscais.
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de autorização de empenho e pagamento.
- Instaurar e conduzir as providências iniciais para a formalização de processo administrativo de responsabilização (multas e sanções), encaminhando-o à autoridade competente ou comissão processante conforme o rito da Lei nº 14.133/2021.
- Elaborar relatório final ao término do contrato, avaliando se os objetivos da contratação (recuperação da malha viária e atendimento da demanda de tapa-buracos) foram atingidos.
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos/pagamentos para a formalização da liquidação e pagamento, validando os valores medidos pela fiscalização técnica.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Receber e dar encaminhamento imediato às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- Receber e dar encaminhamento imediato à notificação formal de descumprimento de obrigações trabalhistas enviada por órgãos de controle ou sindicatos, exigindo da Contratada a comprovação da regularidade, sob pena de retenção de pagamento (conforme Item 6.6 deste TR) e sanção contratual.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. As medições serão realizadas mensalmente (ou conforme a conclusão de cada Ordem de Serviço, o que for mais frequente), baseadas estritamente nos serviços efetivamente executados e aprovados pela Fiscalização Técnica da SEINFRA.

7.2. Para solicitar a medição, a CONTRATADA deverá protocolar o Boletim de Medição (BM), que deverá estar obrigatoriamente instruído com os documentos de comprovação definidos no Item 5.2 deste TR:

- Croquis de Execução (demarcando a área ou trecho executado);
- Diário de Obra (RDO) (comprovando os dias trabalhados e recursos utilizados);
- Relatório Fotográfico (datado, comprovando o "antes, durante e depois").

7.3. O Fiscal Técnico da SEINFRA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para conferir os quantitativos em campo ("in loco").

- Estando corretos, o Fiscal atestará o Boletim de Medição.
- Havendo divergência ou falha na execução, a medição será devolvida para correção e glosa dos serviços rejeitados.

7.4. Após o atesto expresso do Boletim de Medição pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA será autorizada a emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura.

7.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Araguari, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data da liquidação da despesa (atesto final da Nota Fiscal), conforme Art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo a CONTRATADA apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, as certidões negativas de débito (INSS, FGTS, Trabalhista e Fazendas Federal/Estadual/Municipal) atualizadas.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



7.7. Será aplicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Deixou de produzir os resultados acordados na Ordem de Serviço;
- Executou serviços com qualidade inferior à exigida nas normas técnicas (DNIT/ABNT);
- Deixou de utilizar os materiais (ex: CBUQ Faixa C) ou equipamentos exigidos.

7.8. Do recebimento

7.8.1. O recebimento mensal dos serviços, para fins de pagamento (liquidação), dar-se-á mediante a conferência e atesto do Boletim de Medição pelo Fiscal Técnico, confirmando a execução fiel dos quantitativos e a qualidade exigida.

7.8.2. Juntamente com a Nota Fiscal, e como condição para sua liquidação, a CONTRATADA deverá apresentar as certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista (CNDs Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT) válidas.

7.8.3. Recebida a Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, o setor competente processará a liquidação da despesa no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, verificando a regularidade formal do documento fiscal e a validade das certidões no SICAF ou sites oficiais.

7.8.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal ou na documentação de habilitação (CNDs), o prazo de pagamento será suspenso até que a CONTRATADA providencie a regularização, não cabendo qualquer ônus ou atualização monetária à CONTRATANTE durante o período de suspensão.

7.8.5. Persistindo a irregularidade fiscal, a Administração poderá reter o pagamento e abrir processo administrativo para aplicação de sanções ou rescisão contratual, garantida a ampla defesa, sem prejuízo de comunicar os órgãos fiscalizadores competentes.

7.9. Prazo de pagamento

7.9.1. O pagamento será efetuado pelo Município de Araguari, mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da Liquidação da Despesa.

7.9.2. Considera-se data da Liquidação a data em que a Nota Fiscal for devidamente atestada pelo Gestor do Contrato, após a verificação da conformidade da entrega (Boletim de Medição aprovado) e da regularidade fiscal da empresa.

7.9.3. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados financeiramente desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, utilizando-se o índice INCC, mediante requerimento da Contratada.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



7.10. Forma de pagamento

7.10.1. O pagamento será realizado pelo CONTRATANTE no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data da finalização da liquidação da despesa, conforme dispõe o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.10.2. A liquidação da despesa e o consequente pagamento ficam condicionados à apresentação e aprovação do Boletim de Medição, elaborado pela CONTRATADA e atestado pela FISCALIZAÇÃO, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e nas especificações deste Termo de Referência.

- Para o **Lote 01 (Conservação)**, o pagamento será efetuado com base na quantidade de **toneladas de CBUQ** efetivamente aplicadas e medidas.

- Para o **Lote 02 (Restauração)**, o pagamento será efetuado com base nos **preços unitários** dos serviços executados (m², m³, etc.) conforme as etapas concluídas e aprovadas

7.10.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade do contratado.

7.10.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ser realizada somente após a aprovação definitiva do Boletim de Medição pela Fiscalização do Contrato, devendo o documento fiscal corresponder exatamente aos quantitativos aprovados.

7.10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto se ultrapassar os limites legais, ficando o pagamento condicionado à apresentação da devida comprovação.

7.10.6. Os pagamentos observarão a estrita ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.10.7. Em caso de atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA-E, entre a data do vencimento da obrigação e a do efetivo pagamento.

7.11. Antecipação de pagamento

7.11.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7.12. Reajuste

7.12.1. Os preços contratados manter-se-ão fixos e irreajustáveis pelo período de **1 (um) ano**, contado a partir da data base do orçamento estimado constante na proposta da Administração (Planilha Orçamentária Referencial), nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



7.12.2. Após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados visando a recomposição do valor da moeda, aplicando-se a variação do índice setorial específico para o objeto, conforme abaixo:

- O índice a ser adotado será o **Índice de Custos de Obras Rodoviárias - Pavimentação**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou a família de índices do DNIT.

7.12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.12.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, não sendo necessária a celebração de termo aditivo, conforme dispõe o art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor ou, na sua ausência, índice oficial que reflita a variação dos custos do setor.

7.12.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Das sanções aplicáveis

8.2.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, Alínea "a" (Inexecução Parcial Simples), sempre que não se justificar penalidade mais grave.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Impedimento de Licitar e Contratar (3 meses a 3 anos), por condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" (Inexecução Total/Grave/Mora Relevante), quando a gravidade não justificar a declaração de inidoneidade.
- Declaração de Inidoneidade (mínimo 3 anos), por condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" (Fraude e Atos Lesivos), ou nos casos mais graves das alíneas "b", "c" e "d".

8.3. Das multas

8.3.1. A aplicação das sanções acima poderá ocorrer cumulativamente com a multa, nos seguintes parâmetros:

- Moratória: Atraso na Execução (alínea "d"), com percentual de base de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida (Ordem de Serviço). Limite máximo de 30 (trinta) dias de mora para a parcela.
- Moratória: Atraso na Garantia (Apresentação/Reposição), com percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento). Atraso superior a 25 dias autoriza a extinção do contrato (Art. 137, I, da Lei n. 14.133/2021).
- Compensatória: Fraude/Inidoneidade (alíneas "e", "f", "g", "h"), com percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total da contratação. Multa máxima legal (Art. 156, §3º).
- Compensatória: Inexecução Total (alínea "c"), com percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.
- Compensatória: Inexecução Parcial Grave (alínea "b"), com percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- Compensatória: Conversão da Mora (alínea "d", após 30 dias), com percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação. Substitui a Moratória após o limite de 30 dias.
- Compensatória: Inexecução Parcial Simples (alínea "a") com percentual de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor total da contratação.

8.3.2. Conversão da Mora em Compensatória: O atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, ou o atraso na entrega de uma frente de serviço (Ordem de Serviço) que torne a prestação inútil ou inexecutável para a Administração, autorizará a conversão da multa moratória em compensatória (conforme faixas percentuais acima) e a extinção unilateral do contrato, nos termos do art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4. Disposições gerais

8.4.1. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



8.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

8.4.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação.

8.4.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

8.4.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.4.6. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Administração, em conformidade com as normas vigentes.

8.4.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e comunicadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de aplicação da sanção.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**, observando-se o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133/2021."

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A adoção da Empreitada por Preço Unitário é obrigatória e justificada pela natureza dos serviços de engenharia contratados, cujas quantidades são variáveis e só podem ser precisamente aferidas após a execução do serviço, especialmente para o Lote 01 (Conservação Contínua) e para o Lote 02 (execução por Ordens de Serviço sob demanda).

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



9.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será a compatibilidade dos preços unitários propostos pelo licitante com o valor máximo estabelecido para cada item da Planilha Referencial, elaborada pela Administração.

9.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, a planilha que contenha os preços unitários, os quantitativos e o preço global (soma dos lotes), conforme modelo da Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

9.3.3. O preço global orçado pela Administração consta na Planilha Referencial anexa ao Edital.

9.3.4. Será considerada inexequível a proposta que apresentar preços manifestamente irrisórios ou de valor zero, ou que for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.5. Habilitação jurídica

9.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.5.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.7. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.7.1. O licitante deverá comprovar sua Qualificação Econômico-Financeira, nos termos do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



c) Pessoa Física/Sociedade Simples: Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples.

d) Demais Pessoas Jurídicas: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.7.2. Apresentação de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados e publicados na forma da lei, comprovando:

c) Índices Financeiros: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

d) Atestado Contábil: O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.7.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped.

9.7.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

9.7.5. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.7.6. Caso a empresa licitante apresente resultado **inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação:

b) Patrimônio Líquido Mínimo: Comprovação de Patrimônio Líquido (PL) de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação (R\$ 10.288.207,70), conforme § 3º do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021. b) Capital Social/PL Adicional: Adicionalmente, em razão da complexidade e alto valor dos serviços de engenharia (Lote 02 - Recapeamento), a licitante deverá comprovar que possui Capital Social ou Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

9.8. Qualificação Técnica

9.8.1. Do Conhecimento das Condições Locais;

c) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

d) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo Responsável Técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme facultado pelo art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.8.2. Da Regularidade no Conselho de Classe;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



d) Comprovação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade;

e) Caso a licitante seja sediada em outra jurisdição e apresente registro de outro estado, se a mesma se consagrar vencedora, deverá providenciar o visto junto ao CREA/MG como condição indispensável para a assinatura do contrato, nos termos da legislação em vigor;

f) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.8.3. Da Capacidade Técnico-Profissional (O Engenheiro).

a) A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, na data da entrega da proposta, profissional(is) de nível superior (**Engenheiro Civil**), devidamente registrado(s) no CREA, detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto pretendido;

b) O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução dos serviços, assumindo a Responsabilidade Técnica (ART) pela obra, e ter sua assiduidade garantida no local do serviço;

c) Será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

9.8.4. Para fins de comprovação da experiência do profissional (Item 9.8.3), consideram-se serviços de características semelhantes:

c) Para o Lote 01 (Conservação): Experiência na execução, fiscalização ou supervisão de serviços de manutenção de pavimentos, tapa-buracos ou conservação viária.

d) Para o Lote 02 (Restauração): Experiência na execução, fiscalização ou supervisão de serviços de pavimentação asfáltica, recapeamento ou restauração viária em CBUQ.

9.9. Qualificação Técnico-Operacional

9.9.1. A licitante deverá comprovar sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Certidão de Acervo Técnico - CAT do profissional vinculado à empresa ou Certidão de Registro de Atestado), comprovando a execução dos serviços de maior relevância técnica conforme abaixo:

9.9.2. Para fins de comprovação, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços com as seguintes características mínimas, segregadas por lote:

III- Para o Lote 01 (Serviço de Conservação – Tapa-buracos):



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



b) Comprovação de experiência na execução de serviços de manutenção ou conservação de pavimentos asfálticos (tapa-buracos e/ou remendos) com fornecimento e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

IV- Para o Lote 02 (Serviço de Restauração – Recapeamento):

d) Comprovação de execução de serviços de Pavimentação ou Recapeamento Asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Camada de Rolamento (espessura média compatível com o projeto, ex: 3,0 a 5,0 cm).

e) O atestado deverá comprovar que a aplicação da massa asfáltica foi realizada de forma **MECANIZADA**, com a utilização de equipamento Vibroacabadora de Asfalto, conforme necessidade técnica apontada no Estudo Técnico Preliminar.

f) Comprovação de execução de área igual ou superior a 36.332,00 m² (trinta e seis mil trezentos e trinta e dois metros quadrados).

9.9.3. A exigência de quantitativo mínimo de 40% para o Lote 02 busca garantir que a empresa contratada possua "cintura financeira" e logística operacional comprovada para suportar o volume de obra demandado. A parcela de pavimentação representa a maior relevância técnica e financeira, sendo imperativo mitigar riscos de inexecução contratual em serviços viários de grande porte, assegurando o interesse público e a qualidade do resultado.

9.9.4. Disposições Gerais sobre os Atestados:

a) Será admitido o somatório de atestados de períodos concomitantes ou não para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.

b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

d) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração em diligência, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, ou o endereço onde foi executado o objeto.

9.10. Disposições gerais sobre habilitação

9.10.1. Quando permitida a participação na licitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.10.1.1. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação deverão ser traduzidos por tradutor



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016 (Convenção de Haia), ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10.3. Regras para Matriz e Filial:

a) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

b) Esta regra não se aplica aos **Atestados de Capacidade Técnica** (que podem ser apresentados em nome da matriz ou filial, indistintamente) e aos documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao Certificado de Regularidade do FGTS e à CND Federal, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10.4. Os documentos de habilitação poderão ser substituídos pelo registro no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), desde que os documentos constantes na base de dados do sistema estejam dentro do prazo de validade e abrangendo todas as exigências deste Termo de Referência.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo total estimado para a contratação é de **R\$ 10.288.207,70** (dez milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e sete reais e setenta centavos), admitindo-se o critério de julgamento pelo menor preço por lote, conforme detalhamento abaixo:

a) Lote 01 (Conservação/Tapa-buracos): R\$ 3.332.480,00.

b) Lote 02 (Restauração/Recapeamento): R\$ 6.955.727,70.

10.2. O orçamento referencial encontra-se detalhado na Planilha Orçamentária (Pasta Técnica), elaborada pelo Setor de Engenharia da CONTRATANTE, baseando-se em pesquisa de mercado fundamentada no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando parâmetros de contratações similares e tabelas oficiais (SINAPI/SICRO), conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

10.3. O BDI adotado pela Administração segue discriminado em tabela específica na Pasta Técnica, no percentual de **24,09%** (ou o percentual exato da sua planilha final), calculado de acordo com as metodologias do Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário.

10.4. Do Regime de Desoneração da Folha (CPRB):



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



10.4.1. O orçamento estimado da Administração foi elaborado considerando o regime de **DESONERADO**.

10.4.2. Caso a licitante vencedora seja optante pela desoneração da folha de pagamento (Lei nº 12.546/2011 e alterações), deverá apresentar sua proposta ajustando a composição do BDI ou dos Encargos Sociais, de modo a refletir sua real carga tributária, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro em relação ao preço ofertado.

10.5. Os preços unitários da proposta da licitante não poderão ser superiores aos preços unitários constantes na Planilha Orçamentária Referencial da Administração, sob pena de desclassificação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotações a serem utilizadas:

Ficha 330 – 02.09.00.15.451.0011.2118.3.3.90.39.00 – Fonte 1500;

Araguari-MG, 08 de agosto de 2025.

12. ANEXOS

Pasta Técnica com Planilhas orçamentárias.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Descrição Sucinta do Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia para execução de serviços de conservação e restauração de infraestrutura viária, através de recapeamento e tapa buraco, em diversas ruas no Município de Araguari/MG.

- **Lote 01 (Serviço de Conservação):** Prestação de serviços de conservação de pavimentos viários (tapa-buracos) por tonelada, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ), para manutenções rotineiras em diversas vias do Município de Araguari/MG e distritos, conforme demanda da Secretaria.
- **Lote 02 (Serviço de Restauração):** Execução de serviço de infraestrutura viária através de recapeamento asfáltico em CBUQ a quente, e respectiva Sinalização Horizontal, nas vias prioritárias listadas abaixo, em conformidade com o Projeto Básico.

O escopo do objeto deste ETP será definido como SERVIÇO DE ENGENHARIA e encontra-se enquadrado nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

Toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, admitem os seguintes regimes de execução:

- I — empreitada por preço unitário;
- II — empreitada por preço global;
- III — empreitada integral;
- IV — contratação por tarefa;
- V — contratação integrada;
- VI — contratação semi-integrada;
- VII — fornecimento e prestação de serviço associado;

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar está previsto no Documento de Formalização de Demanda – DFD 376/2025 do Plano de Contratações Plurianual.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de uma intervenção de restauração das vias, é agravada pelo acentuado déficit de manutenção estrutural ocorrido nos últimos exercícios, que interrompeu o ritmo de recapeamento necessário para a conservação da malha.

O histórico de área recapeada nos últimos anos evidencia uma queda drástica e contínua, que se agravou no presente exercício:

2021: 172.875,00 m², **2022:** 105.038,59 m², **2023:** 86.920,34 m², **2024:** 40.014,39 m², 2025 (até o momento): 17.777,85 m²



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Esta redução drástica nos dois últimos exercícios (2024 e 2025) resultou em um acúmulo de vias que atingiram o fim da vida útil e não receberam a intervenção de restauração devida. Este déficit de recapeamento aumenta exponencialmente a pressão sobre os serviços paliativos de tapa-buracos (Lote 01), reforçando a necessidade de uma intervenção estrutural (Lote 02) para reverter o quadro de degradação generalizada.

O embasamento técnico para esta contratação provém do Laudo de Qualidade Superficial do Pavimento e Detecções de Buracos, realizado pela empresa Intelicity - Inteligência no Monitoramento de Ativos (Processo 176/2023). Este diagnóstico fornece a fundamentação para ambos os lotes.

O relatório identificou um total de 3.460 detecções de buracos na malha monitorada. Este dado comprova a necessidade contínua de serviços rotineiros de tapa-buracos (serviço de conservação) para sanar patologias pontuais e preservar as vias que ainda possuem integridade

O laudo da Intelicity identificou as 10 vias do município com os maiores índices de degradação. Uma análise aprofundada destes trechos críticos revelou a seguinte extensão linear de pavimento estruturalmente comprometido:

- **5.162 metros** lineares classificados com nível de qualidade **Péssimo**;
- **8.495 metros** lineares classificados com nível de qualidade **Ruim**.

Figura 1 – Extrato das 10 piores ruas

EXTRATO DO LEVANTAMENTO REALIZADO POR IA						
Logradouro	Trecho Ótimo	Trecho Bom	Trecho Regular	Trecho Ruim	Trecho Péssimo	Trecho Total
Rua Pedro Nasciutti	0	0	200	274	700	1174
Av. Batalhão Mauá	385	1596	1684	1766	1100	6531
Rua Estácio de Sá	247	200	100	500	697	1744
Rua José Monteiro de Araújo	0	0	0	0	665	665
Rua das Araras	0	0	0	942	600	1542
Av. Porto Alegre	0	500	689	1063	500	2752
Av. Cornélia Rodrigues da Cunha	0	0	800	1105	300	2205
Rua Olegário Maciel	0	200	200	1009	0	1409
Rua Jaime Gomes	0	0	1021	1000	200	2221
Av. Nicolau Dorázio	222	0	200	836	400	1658

Fonte: Intelicity

Com base nestes dados críticos, a equipe técnica desta Secretaria utilizou o mapa georreferenciado do município para aferir a largura média destas vias mais afetadas. Ao computar a área total de intervenção necessária considerando a restauração de todos os trechos mapeados como **Regular, Ruim e Péssimo** (visto que o "Regular" também demanda ação para evitar a progressão da degradação), concluiu-se que existe uma demanda imediata de **90.829,56 m²** de área para execução de serviços de recapeamento e/ou tapa buracos.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



Este quantitativo (90.829,56 m²) comprova que a solução de tapa-buracos (Lote 01) é insuficiente para a realidade da malha e fundamenta a necessidade de um lote robusto para Serviço de Restauração (Lote 02 - Recapeamento).

Figura 2 – Cálculo de área em m²

Logradouro	Trecho Regular	Trecho Ruim	Trecho Péssimo	Largura aprox. via	Metragem Total Recap
Rua Pedro Nasciutti	200	274	700	7,24	8499,76
Av. Batalhão Mauá	1684	1766	1100	6,15	27982,5
Rua Estácio de Sá	100	500	697	9,82	12736,54
Rua José Monteiro de Araújo	0	0	665	5,09	3384,85
Rua das Araras	0	942	600	6,95	10716,9
Av. Porto Alegre	689	1063	500	5,43	12228,36
Av. Cornélia Rodrigues da Cunha	800	1105	300	6,93	15280,65
Total de área para recap					90829,56

Fonte: Intelicity

A necessidade do Serviço de Restauração (Lote 02) é agravada pelo acentuado déficit de manutenção estrutural ocorrido nos últimos exercícios. O histórico de área recapeada evidencia uma queda drástica e contínua:

2021: 172.875,00 m², **2022:** 105.038,59 m², **2023:** 86.920,34 m², **2024:** 40.014,39 m², **2025** (até o momento): 17.777,85 m²

Esta redução drástica nos dois últimos exercícios resultou em um acúmulo de vias que atingiram necessidade urgente de manutenção e não receberam a intervenção devida, aumentando a pressão sobre os serviços paliativos de tapa-buracos (Lote 01).

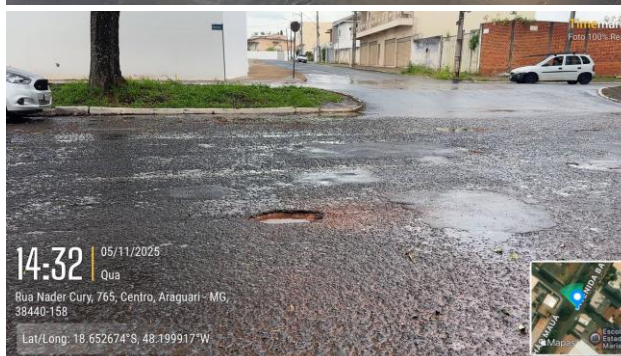
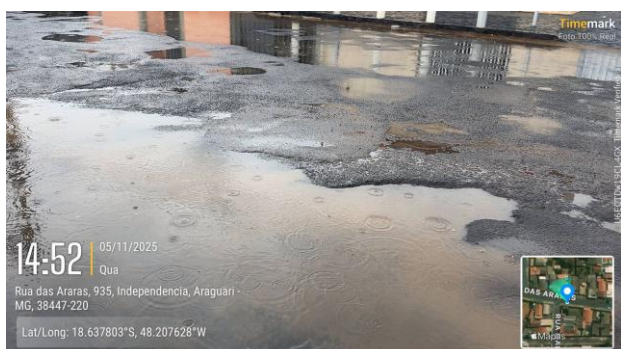
Com o intuito de verificar a veracidade e fidelidade do "Laudo de Qualidade Superficial do Pavimento", a equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura realizou visitas técnicas *in loco* nos locais levantados pelo relatório.





MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Estas vistorias de campo **corroboraram integralmente** os dados apresentados, confirmando visualmente o estado de esgotamento estrutural dos trechos classificados como "Ruim" e "Péssimo".

Durante a inspeção, esta equipe técnica procedeu com a retirada de amostras físicas, realizando medições



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



diretas das patologias (saliências, buracos e desníveis) nos pavimentos das vias apontadas como as piores do município.

Os registros fotográficos das vistorias e a tabela de medições amostrais, apresentada a seguir, atestam a severidade da degradação e validam tecnicamente a necessidade da intervenção de restauração (Lote 02), conforme quantificado na seção 3.1

Figura 3 – Amostragem das vias

Logradouro	Condição do Trecho	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Profundidade (cm)	m3
Rua Pedro Nasciutti	Péssimo	245,31	140,09	1,95	0,067
	Péssimo	95,33	70,17	1,65	0,011
	Péssimo	130,82	210,58	1,88	0,052
	Péssimo	220,14	125,41	1,74	0,048
	Péssimo	249,53	115,88	1,91	0,055
Av. Batalhão Mauá	Péssimo	248,12	58,71	1,98	0,029
	Péssimo	40,49	22,08	1,80	0,002
	Péssimo	219,33	240,79	1,69	0,089
	Péssimo	240,57	130,22	1,92	0,060
	Péssimo	128,41	245,33	1,77	0,056
Rua Estácio de Sá	Péssimo	150,19	205,82	1,94	0,060
	Péssimo	140,73	90,09	1,70	0,022
	Péssimo	230,91	112,47	1,83	0,048
	Péssimo	105,38	180,61	1,62	0,031
	Péssimo	247,14	135,33	1,96	0,066
Rua José Monteiro de Araújo	Péssimo	243,44	145,76	1,81	0,064
	Péssimo	119,57	220,31	1,90	0,050
	Péssimo	210,83	122,94	1,73	0,045
	Péssimo	88,19	65,08	1,98	0,011
	Péssimo	142,07	149,72	1,66	0,035
Rua das Araras	Péssimo	235,94	148,18	1,95	0,068
	Péssimo	215,11	190,43	1,61	0,066
	Péssimo	138,79	72,27	1,79	0,018
	Péssimo	249,61	105,12	1,87	0,049
	Péssimo	120,38	240,03	1,93	0,056
Av. Porto Alegre	Péssimo	218,82	128,31	1,45	0,041
	Péssimo	140,08	238,39	1,97	0,066
	Péssimo	110,51	80,87	1,82	0,016
	Péssimo	249,19	133,72	1,68	0,056
	Péssimo	190,34	150,01	1,34	0,038
Av. Cornélia Rodrigues da Cunha	Péssimo	100,59	215,73	1,86	0,040
	Péssimo	246,42	120,18	1,96	0,058
	Péssimo	130,04	95,81	1,71	0,021
	Péssimo	160,27	245,14	1,64	0,064
	Péssimo	225,91	115,57	1,99	0,052



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



<i>Rua Olegário Maciel</i>	Péssimo	240,11	135,39	1,92	0,062
	Péssimo	112,7	190,88	1,76	0,038
	Péssimo	249,59	100,31	1,89	0,047
	Péssimo	90,82	84,97	1,97	0,015
	Péssimo	155,18	230,47	1,63	0,058
<i>Rua Jaime Gomes</i>	Péssimo	125,58	200,83	1,78	0,045
	Péssimo	249,97	110,41	1,93	0,053
	Péssimo	105,09	75,72	1,85	0,015
	Péssimo	145,91	245,23	1,6	0,057
	Péssimo	248,99	128,07	1,98	0,063
<i>Av. Nicolau Dorázio</i>	Péssimo	233,31	132,84	1,96	0,061
	Péssimo	165,72	248,88	1,67	0,069
	Péssimo	249,43	117,97	1,84	0,054
	Péssimo	115,18	88,59	1,99	0,020
	Péssimo	108,87	225,51	1,72	0,042

Fonte: Sec. Infraestrutura

Diante do exposto, fica demonstrado que o município enfrenta um cenário de dupla necessidade, justificando plenamente a divisão do objeto.

Lote 01 (Serviço de Conservação): Existe uma demanda rotineira e contínua de manutenção paliativa (tapa-buracos), comprovada pelas **3.460 detecções de buracos** identificadas pelo Laudo técnico.

Lote 02 (Serviço de Restauração): Existe um grave passivo de infraestrutura que não pode mais ser solucionado com manutenção paliativa. Esta necessidade é comprovada por quatro fatores cumulativos:

- **Diagnóstico Técnico:** O Laudo da Intelicity identificou uma demanda imediata de **90.829,56 m²** de área que exige intervenção estrutural (trechos "Ruim", "Péssimo" e "Regular").
- **Validação de Campo:** As vistorias técnicas, fotos e tabelas de medição amostral realizadas por esta Secretaria validam o diagnóstico do Laudo e atestam o esgotamento estrutural destas vias.
- **Justificativa Econômica:** A comprovação da antieconomicidade da estratégia atual, que consumiu **R\$ 2.871.540,98** (R\$ 2.571.540,98 em tapa-buracos + R\$ 300.000,00 em rejuvenescimento) sem reverter o quadro crítico.
- **Justificativa Histórica:** O acúmulo deste passivo é explicado pelo déficit de restauração, evidenciado pela queda de área recapeada (de 172.875 m² em 2021 para apenas 17.777,85 m² em 2025).

Conclui-se, portanto, que a contratação conjunta dos Lotes 01 (Serviço/Conservação) e 02 (Serviço/Restauração) é a única solução de engenharia técnica e economicamente viável para preservar a integridade da malha viária municipal.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o objeto indicado neste ETP, estabelece-se que a contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e legais, em resposta aos apontamentos do setor de licitações e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



- a) O objeto é classificado como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**, nos termos do Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se de serviços de conservação (tapa-buracos) e recuperação (recapeamento) de pavimentos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, não demandando complexidade tecnológica que justifique a classificação como serviço especial.

- b) O regime de execução adotado para ambos os lotes será a **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** (Art. 6º, inciso XXVIII, alínea 'a', Lei nº 14.133/2021).

A execução ocorrerá sob demanda nas vias municipais, impossibilitando a definição prévia e exata dos quantitativos globais. A remuneração dar-se-á pelas unidades efetivamente executadas e medidas (tonelada de CBUQ, m² de pintura etc.).

- c) Considerando que os serviços consistem na manutenção e recomposição da camada de rolamento em vias públicas já pavimentadas e consolidadas, dispensa-se a realização de sondagem e levantamento topográfico nesta fase. As intervenções respeitarão o greide, a geometria e o alinhamento das guias e sarjetas existentes, sendo a avaliação visual e o histórico das vias suficientes para a definição da solução de engenharia (tapa-buracos e recapeamento asfáltico).

- d) **Admite-se a subcontratação** da parcela principal do objeto Lote 02 (Serviço de Restauração) **exclusivamente** para a etapa de Sinalização horizontal, caso a licitante vencedora não possua expertise ou equipamentos próprios para esta etapa específica. A subcontratada deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista, mediante prévia anuência da Administração.

- e) A execução deverá obedecer às normas da ABNT e especificações do DNIT. Para habilitação técnica, exigir-se-á:

- Registro da empresa e do Responsável Técnico no CREA;
- Atestado(s) de Capacidade Técnica comprovando a execução de serviços de características semelhantes (pavimentação/manutenção asfáltica).

- f) Os custos unitários foram balizados prioritariamente pelo **SINAPI** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e, subsidiariamente, por tabelas oficiais de infraestrutura (SICRO/SETOP), conforme demonstrado na Planilha Orçamentária anexa.

- g) A vistoria técnica aos locais de execução será **FACULTATIVA** (Art. 63, § 2º, Lei nº 14.133/2021).

As vias são logradouros públicos de livre acesso. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições locais, da natureza dos serviços e das dificuldades inerentes à execução, não podendo alegar desconhecimento futuro para pleitear reequilíbrios.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- h) Vedada a participação de consórcio, visando assegurar a simplificação da gestão contratual e considerando que o objeto não possui complexidade ou vulto que exija a soma de esforços de múltiplas empresas.
- i) A participação de cooperativas será analisada sob a ótica da Súmula 281 do TCU, vedada caso a execução demande subordinação e pessoalidade incompatíveis com o regime cooperativista.
- j) Exigir-se-á garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, nos moldes do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.
- k) **Não há terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva.** O objeto é a entrega de serviços de engenharia mensurados por unidade de produto (resultado), e não a cessão de pessoal. Desta forma, não se aplica o preenchimento da planilha de custos de mão de obra referente ao Decreto que regula a terceirização na administração pública.
- l) Os serviços serão executados exclusivamente no leito carroçável de vias públicas municipais (bens de uso comum do povo), já implantadas e em utilização pela coletividade. Inexiste necessidade de desapropriação, regularização fundiária ou análise de matrícula, visto que se trata de manutenção de infraestrutura viária preexistente.
- m) Da Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP): A contratação será formalizada mediante o **Sistema de Registro de Preços**, nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Esta opção justifica-se pela natureza do objeto, que demanda execuções frequentes e sucessivas de manutenção viária (Lote 01 e Lote 02) ao longo do exercício, cujos quantitativos totais foram estimados com base em diagnósticos técnicos, mas cuja execução efetiva ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades específicas da Secretaria de Infraestrutura.

O contrato a ser firmado terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, com base no Art. 106 e/ou Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 (referentes a Serviços e Fornecimentos Contínuos), desde que demonstrada a vantagem para a Administração.

O orçamento referencial de ambos os lotes será composto por uma **Planilha de Preços Unitários** (ex: CBUQ por tonelada, pintura de ligação por m², sarjeta por metro linear etc.), elaborada pela equipe técnica da Secretaria, baseando-se em tabelas oficiais (SINAPI, SETOP etc.).

Os prazos de execução não se confundem com o prazo de vigência do contrato. O prazo para a conclusão de cada frente de serviço (seja tapa-buracos do Lote 01 ou um serviço de recapeamento do Lote 02) será definido individualmente em cada **Ordem de Serviço** emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme a complexidade do serviço específico

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas, abaixo indicadas com os seus prós e contras:

Solução 1: RECONSTRUÇÃO DO PAVIMENTO



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Modalidade de intervenção que consiste na remoção parcial ou total da espessura do pavimento, e na posterior execução adequada de novas camadas estruturais.

Opção mais dispendiosa e requer maior tempo de intervenção. Esta solução é descartada para o presente objeto, pois o diagnóstico (Laudo Intelicity) se ateve à qualidade superficial. Não há, neste ETP, elementos técnicos que comprovem falha generalizada de base ou subleito que justifiquem os custos de uma reconstrução completa.

Solução 2: RECAPEAMENTO

Modalidade de intervenção que consiste na adequada sobreposição ao pavimento existente de uma ou mais camada(s) constituída(s) de mistura betuminosa.

Esta é a solução técnica adequada (Serviço de Restauração) para os trechos estruturalmente comprometidos. Conforme demonstrado no Item 3 deste ETP, existe uma demanda imediata de **90.829,56 m²** (áreas classificadas como "Regular", "Ruim" e "Péssimo") onde a Solução 3 (Tapa Buraco) já se provou ineficaz. Esta solução será o objeto do **Lote 02**.

Solução 3: TAPA BURACO

O serviço de tapa buraco consiste na correção de pequenas cavidades no pavimento

Modalidade com menor custo imediato, destinada a correções pontuais. Esta é a solução técnica adequada (Serviço de Conservação) para a demanda rotineira da Secretaria e para o tratamento das **3.460 detecções de buracos** identificadas pelo Laudo em vias que *não* necessitam de recapeamento completo. Esta solução será o objeto do **Lote 01**.

Diante do exposto, a deliberação técnica deste ETP é que a Administração **não possui uma demanda única**, mas sim duas necessidades distintas que exigem soluções concomitantes:

- Uma demanda de **conservação rotineira** (3.460 buracos), que será atendida pela **Solução 3 (Tapa Buraco)**, objeto do **Lote 01**.
- Uma demanda de **restauração estrutural** (90.829,56 m² de área degradada) que será atendida pela **Solução 2 (Recapeamento)**, objeto do **Lote 02**.

Esta abordagem dual é a única que possui relação custo-benefício positiva, pois direciona o recurso correto (Solução 2) para o problema estrutural cessando o dispêndio antieconômico em ações paliativas ao mesmo tempo em que mantém a manutenção rotineira (Solução 3) para o restante da malha viária

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os pós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de pessoa jurídica de engenharia para a execução dos serviços (Lote 01) e do serviço (Lote 02) objetos desse ETP, considerando que a mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos e composições inerentes ao serviço a ser executado, serão fornecidos pela empresa que será contratada mediante processo licitatório.

O objeto de contratação será composto pelos serviços dos Lotes 01 e 02. As especificações técnicas de cada lote constarão na documentação (Termo de Referência para o Lote 01 e Lote 02). Todos os serviços elencados deverão seguir fielmente as Normas Técnicas vigentes e Especificações de Serviços do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, devidamente atualizadas.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Lote 01 (Serviço de Conservação – Tapa Buracos)

A solução visa a correção pontual de patologias (Solução 3 do Item 5) e será executada por Preço Unitário (tonelada), conforme demanda da Secretaria. Os serviços deverão seguir as especificações do Termo de Referência, em conformidade com as normas DNIT 031/2.006, DNIT 145/2.010 e DNIT 154/2010, compreendendo, no mínimo:

- **Requadramento:** Corte do pavimento (com martelete ou serra diamantada) para regularização das bordas do defeito;
- **Preparo:** Limpeza da superfície do buraco, com remoção de detritos (pó, terra, lama, água, etc.);
- **Pintura de Ligação:** Execução de pintura de ligação com emulsão asfáltica catiônica (tipo RR-1C) no fundo e nas paredes da caixa;
- **Aplicação:** Preenchimento com Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ), Faixa C (DNIT 031/2.006);
- **Compactação:** Compactação da mistura asfáltica com rolo compactador ou placa vibratória;
- **Remoção:** Carga e transporte do material excedente e restos de entulho.

Lote 2 (Serviço de Restauração – Recapeamento)

A solução visa a restauração estrutural e funcional do pavimento (Solução 2 do Item 5). Será executada por Preço Unitário (m²), conforme as Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria e vinculadas aos **croquis e memoriais descritivos** fornecidos pela CONTRATADA, conforme definido na Seção 2 deste ETP, e deverão incluir etapas mínimas de execução como:

- Limpeza e preparo do Local;
- Pintura de Ligação;
- Pavimentação – Aplicação de camada de Recapeamento em CBUQ;
- Transporte de Materiais para Pavimentação;
- Execução de Sarjetas (quando aplicável ao projeto);
- Sinalização de tráfego (horizontal);
- Limpeza Final do Serviço.

Deverá ser observado o documento Mapa de Risco, de maneira a ponderar e mitigar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão do contrato, Termo de Referência, Projeto Básico e Edital juntamente com seus respectivos anexos, facilitando a visualização por parte dos licitantes interessados das obrigações implícitas na participação do certame.

Além disso, a empresa a ser contratada deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia de execução dos serviços inerentes aos serviços (Lote 01) e serviços do (Lote 02) a executar, visando o atendimento das exigências contidas na legislação federal, estadual ou municipal e em consonância com os princípios de responsabilidade socioambiental que norteiam a atuação da Prefeitura Municipal de Araguari/MG.

A CONTRATANTE (SEINFRA) fornecerá a Ordem de Serviço (O.S.) indicando as diretrizes básicas do serviço (ex: logradouros, trechos de intervenção). Caberá à **CONTRATADA** a elaboração e apresentação, para fins de controle e medição pela Fiscalização, dos seguintes documentos de execução:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



- **Croquis** ou esquemas de execução (detalhando a aplicação);
- **Diário de Serviços**;
- **Relatório Fotográfico** (antes, durante e depois);
- **Boletim de Medição**.

A implantação de ambos os lotes visa permitir uma melhor mobilidade e acessibilidade do sistema viário do município, proporcionando aos usuários mais conforto e segurança.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Lote 1	Tapa-buracos, por tonelada, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	Ton	3.200
Lote 2	Infraestrutura viária através de recapeamento em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	M2	90.829,56

As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios: Os quantitativos a serem contratados para a execução dos serviços estarão pormenorizados na etapa de elaboração dos documentos técnicos (Termo de Referência para Lote 01 e Lote 02). O orçamento descreverá todos os serviços, bem como custo unitário e custo total, com suas composições levantadas segundo as fontes de dados públicos como SINAPI, SUDECAP, SETOP e DNIT.

A estimativa de quantitativos para o serviço de tapa-buracos (Preço Unitário por tonelada) será baseada no consumo histórico do contrato anterior (Pregão 010/2022) e na necessidade técnica atual, comprovada pelas 3.460 detecções de buracos identificadas no Laudo da Intelicity. A planilha orçamentária estimará a quantidade total de toneladas de CBUQ e serviços correlatos (pintura de ligação, corte etc.) necessários para os 12 meses de vigência contratual.

A estimativa de quantitativos para o serviço de recapeamento (Preço Unitário por m²) será dimensionada para reverter o quadro de degradação estrutural. Conforme demonstrado no Item 3 deste ETP, o diagnóstico técnico (Laudo Intelicity) e os levantamentos desta Secretaria identificaram uma demanda imediata de 90.829,56 m² de área que exige intervenção (trechos "Ruim", "Péssimo" e "Regular").

A metragem estimada para o Lote 02 (90.829,56 m²) representa um **aumento significativo** no volume de intervenção, em comparação direta com os quantitativos executados nos últimos exercícios (40.014,39 m² em 2024 e 17.777,85 m² em 2025).

Este aumento no quantitativo a ser contratado é **intencional e indispensável**, fundamentando-se na urgência de reverter o **déficit de manutenção estrutural** acumulado nos últimos anos, conforme detalhado no Item 3. A presente contratação, portanto, necessita de um volume de recursos superior aos processos anteriores,



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



visando suprir a demanda de conservação rotineira (Lote 01) e, simultaneamente, recuperar o passivo de infraestrutura (Lote 02).

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

Estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) é o seguinte:

Segundo a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 23:

.... “Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso; III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.”

Com intuito de fortalecimento de pesquisa dos valores praticados no mercado, tanto para o Lote 01 quanto para o Lote 02, utilizou-se inicialmente o parâmetro do Inciso III do Art. 23 ("contratações similares feitas pela Administração Pública").

As referências de contratações do mesmo objeto são:

a) Credenciamento de empresas especializadas em serviços de Pavimentação Asfáltica, Recapeamento e Tapa-Buracos em atendimento aos municípios consorciados.

- Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiá / CIMINAS (Consórcio Interfederativo de Minas Gerais).
- Processo Administrativo: nº 006/2025.
- Modalidade: Inexigibilidade de Licitação (Credenciamento) nº 003/2025.
- Referência de Edital: Edital de Credenciamento do CIMINAS nº 003/2025.
- Valor de Referência (Serviço Completo): ~ R\$ 1.098,95 / tonelada (Soma do Fornecimento + Aplicação conforme tabela SUDECAP).

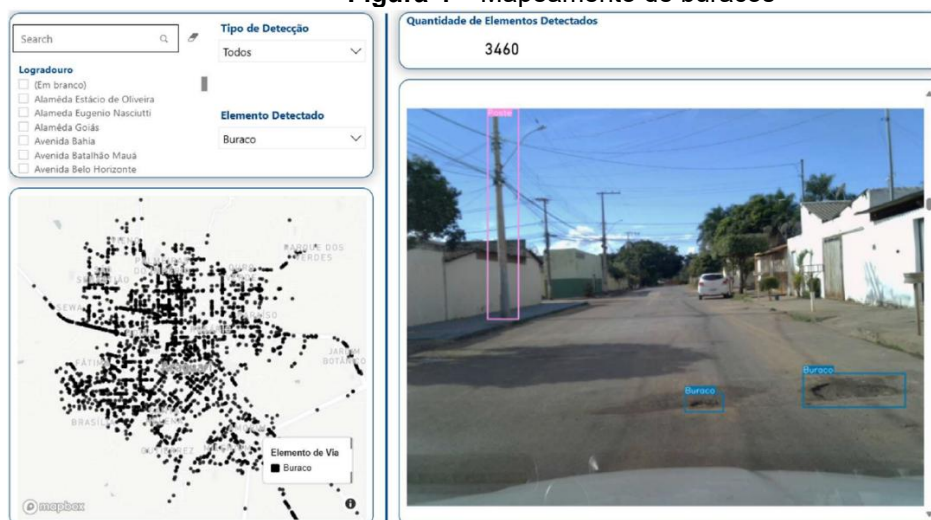


MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- b) Registro de preços para prestação de serviço de operação tapa buraco em C.B.U.Q, incluindo limpeza, usinagem, transporte e aplicação.
- Órgão: Prefeitura Municipal de São Pedro da União.
 - Processo Administrativo: nº 123/2024.
 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 007/2024.
 - Valor Homologado: R\$ 850,00 / tonelada.
- c) Execução de tapa buraco em CBUQ usinado a quente, incluindo usinagem, fornecimento e aplicação de massa asfáltica, limpeza e pintura de ligação.
- Órgão: DEMA E - Departamento Municipal de Água e Esgoto de Itabira.
 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 09/2024.
 - Valor Unitário de Referência: R\$ 1.084,00 / tonelada (Um mil e oitenta e quatro reais).

Figura 4 – Mapeamento de buracos



Fonte: Intelicity

Para o **Lote 02**, realizou-se pesquisa de mercado baseada em contratações similares em outros municípios, conforme levantado:

- a) Contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução de serviços de Recapeamento Asfáltico de diversas vias no Município, incluindo fornecimento de CBUQ, transporte e aplicação (Convênio SEINFRA).
- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG
 - **Processo:** Processo Licitatório nº 55/2024
 - **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 26/2024 (Homologado em 18/03/2024).
 - **Valor Homologado:** R\$ 74,51 / m²



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



b) Registro de Preços para futura e eventual contratação de execução de tapa-buracos, recomposição asfáltica e restauração de pavimentos visando a manutenção de vias urbanas.

- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Uberlândia - MG (Secretaria Municipal de Obras)
- **Processo:** Processo Licitatório nº 172/2024.
- **Modalidade:** Pregão Eletrônico (Ata de Registro de Preços nº 536/2024 - Vigente).
- **Valor Homologado:** R\$ 72,11 / m²

c) Contratação de empresa especializada para execução de infraestrutura urbana, compreendendo serviços de Recapeamento Asfáltico em CBUQ em vias públicas.

- **Órgão:** Prefeitura da Estância Turística de Salto - SP
- **Processo:** Processo Administrativo nº 3414/2023.
- **Modalidade:** Concorrência Pública (Homologada em 23/01/2024).
- **Valor Homologado:** R\$ 76,06 / m²

Para a balização do valor estimado desta contratação, esta Administração promoveu, inicialmente, uma pesquisa de mercado baseada em contratações similares realizadas por outros entes públicos, conforme facultado pelo Art. 23, § 1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021. Tais dados serviram como 'termômetro de mercado', demonstrando que os valores praticados para serviços de conservação e restauração asfáltica guardam compatibilidade com a pretensão deste Município.

Contudo, em observância ao princípio da precisão orçamentária e visando mitigar riscos de sobrepreço ou subdimensionamento, esta Secretaria de Infraestrutura definiu como parâmetro oficial e definitivo para o certame a Planilha Orçamentária Analítica constante na Pasta Técnica. Tal metodologia prioriza o uso de tabelas de referência formalmente instituídas, como o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e o SETOP/MG, em estrita conformidade com o Art. 23, § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o valor global de R\$ 10.288.207,70 (Dez milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e sete reais e setenta centavos) foi obtido através da soma de R\$ 3.332.480,00 (Três milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais) do LOTE1, mais R\$ 6.955.727,70 (seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta centavos) do LOTE 2, aplicada a composição unitária de cada insumo e serviço, acrescida do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) de **24,09%**, calculado mediante fórmula composta recomendada pelo **Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário**. Portanto, a pesquisa de contratos similares apresentada nos anexos cumpre a função de demonstrar a viabilidade mercadológica, enquanto a Planilha Orçamentária Analítica constitui a base legal e técnica para o julgamento das propostas.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
--

Em conformidade com o Art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que determina o parcelamento do objeto quando a divisão se mostrar técnica e economicamente viável, a presente contratação **será parcelada (dividida em lotes)**.

Sugere-se o parcelamento do objeto em grupos/ lotes, conforme especificação abaixo, em razão da distinção técnica e econômica fundamental entre as soluções, conforme demonstrado no Item 5 deste ETP.

Os objetos não são interdependentes, mas sim de naturezas distintas.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- O Lote 01 (Solução 3) é um serviço de conservação contínuo, medido por Preço Unitário (tonelada), destinado a sanar patologias pontuais (ex: 3.460 buracos detectados).
- O Lote 02 (Solução 2) é um serviço de engenharia de restauração, executado por Preço Unitário (m², m³ etc.), destinado a intervir em áreas com esgotamento estrutural (ex: 90.829,56 m² de demanda imediata).

A junção de ambos os serviços em um lote único seria economicamente desvantajosa, pois restringiria a competição. Empresas especializadas na logística de conservação (Lote 01) e empresas especializadas em serviços de pavimentação (Lote 02) possuem estruturas de custo e equipamentos distintos. O parcelamento permite que um número maior de empresas especializadas participe do certame, aumentando a concorrência e a probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para cada tipo de serviço.

Portanto, opta-se pelo parcelamento da contratação, pois esta divisão é tecnicamente justificável e economicamente vantajosa, permitindo uma fiscalização e medição adequadas a cada regime de execução (Preço Unitário por tonelada no Lote 01 e Preço Unitário por **serviços de recapeamento** no Lote 02).

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui correlações diretas e interdependências com outros instrumentos contratuais vigentes, que são essenciais para sua justificativa técnica, econômica e operacional:

A própria necessidade técnica e o dimensionamento dos quantitativos de ambos os lotes (detalhados no Item 3.1) são fundamentados nos diagnósticos gerados pelo Contrato Administrativo nº 200/2023 (Processo 176/2023), referente ao monitoramento contínuo da malha viária e elaboração do "Relatório de Qualidade Superficial do Pavimento"

Esta contratação se correlaciona diretamente com o contrato vigente de conservação (Pregão nº 010/2022): O **Lote 01 (Tapa Buracos)** visa substituir o referido contrato de manutenção rotineira. O **Lote 02 (Recapeamento)** fundamenta-se na análise de economicidade (Item 3.2) que demonstrou o esgotamento técnico e financeiro do contrato Pregão nº 010/2022 para tratar as patologias estruturais (90.829,56 m² de demanda imediata).

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com a contratação, dividida em lotes, alcançar resultados distintos, porém complementares, que visam a recuperação e a manutenção eficiente da malha viária municipal:

Resultados Esperados – Lote 01 (Serviço de Conservação – Tapa Buracos)

- a) **Garantia da Segurança e Trafegabilidade:** Assegurar a trafegabilidade contínua e segura nas vias com boa integridade estrutural, através da correção célere e rotineira das patologias pontuais (como os 3.460 buracos detectados).
- b) **Preservação do Patrimônio:** Interromper a progressão de defeitos menores (buracos, painéis) antes que evoluam para uma falha estrutural, preservando a vida útil do pavimento existente.

Resultados Esperados – Lote 02 (Serviço de Restauração – Recapeamento)

- a) **Melhoramento Efetivo da Infraestrutura Urbana:** Reverter o quadro de degradação estrutural e funcional, restaurando a capacidade de rolamento nas vias críticas, cuja demanda imediata de intervenção (trechos "Ruim", "Péssimo" e "Regular") foi estimada em **90.829,56 m²**.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



- b) **Racionalização de Custos (Economicidade):** Promover a drástica **redução dos custos operacionais com tapa-buracos** nestas vias estruturalmente falhas. O objetivo é cessar o dispêndio antieconômico em serviços paliativos que não solucionam a causa raiz do problema.
- c) **Recuperação do Déficit de Manutenção:** Reequilibrar o passivo de manutenção gerado nos últimos exercícios (conforme Item 3.3), retomando um ritmo de restauração compatível com a vida útil do pavimento municipal.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
--

No processo licitatório, a licitante deverá observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133 de 2021. Previamente à celebração do contrato, será necessário:

- Observar as diretrizes quanto à execução de serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas (ABNT/DNIT) relacionadas ao objeto de cada Lote;
- Executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Lote 01), (Lote 02) e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta;
- Manter o padrão de qualidade e apresentar a melhor prática executiva;
- Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços;
- Prestar esclarecimentos ou informações quando solicitado pela CONTRATANTE.

Será providenciado pela administração:

- Publicação do Edital;
- Indicação de Fiscal de Contrato, que atuará com o fulcro de garantir o cumprimento das cláusulas contratuais.
- Indicação de Fiscal de Serviço, que atuará com o fulcro de garantir a qualidade dos serviços, a realização das medições mensais (por Preço Unitário de tonelada no Lote 01; por Preços Unitários de serviços no Lote 02) e o cumprimento integral do contrato;

A Administração fornecerá os documentos técnicos que servirão de base para a licitação, conforme Art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS
--

A geração de resíduos sólidos deverá ser minimizada ao máximo por meio de um planejamento de execução dos **serviços (Lotes 01 e 02)** com foco nos processos produtivos inerentes a serem executados, com a otimização do uso dos materiais e dar preferência a compra de materiais com embalagens recicláveis, devendo diariamente, serem separados por tipo de material.

O item “23- OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA — Resíduos” do Capítulo 16- Considerações Sobre a Aplicação da parte Específica do “*Guia Nacional de Contratações Sustentáveis*” da AGU, em sua 6ª ed., referente aos Obras e Serviços de Engenharia, faz as seguintes considerações:

“Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como: “são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas,



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I)

Os resíduos da construção civil subdividem-se em quatro classes (art. 3º da Resolução):

- Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;*
- Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);*
- Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.*

Diante disso, dispõe sobre as principais medidas a serem tomadas em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Lei nº 12.305/2010 alterada pela Lei nº 14.026/2020 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, tais quais:

- Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) próprio;
- Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos: I. **Classe A:** deverão ser reutilizáveis ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A. II. **Classe B:** deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário. III. **Classe C:** deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. IV. **Classe D:** deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- O PGRCC deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes;
- Os contratos de serviços de engenharia (**Lotes 01 e 02**) deverão exigir o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR).

Todo descarte de material proveniente de entulhos da execução dos serviços (principalmente os Resíduos



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Classe A, como o pavimento asfáltico fresado ou removido no requadramento) deverão ser direcionados para a Usina de reciclagem de material de construção civil, situado na rua João Rodrigues da Cunha 2010, Bairro Parque dos Verdes

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A SEINFRA (Secretaria Municipal de Infraestrutura) **não possui**, em seu quadro permanente, servidores profissionais habilitados em número suficiente nem os maquinários específicos para a execução dos serviços de engenharia objeto desta licitação.

Referente ao Lote 01 (Serviço de Conservação): A Secretaria não dispõe de usina de asfalto (CBUQ), caminhões espargidores de emulsão, placas vibratórias e equipes dedicadas para a manutenção rotineira de tapa-buracos na escala necessária (demandada pelos 3.460 buracos detectados).

Referente ao Lote 02 (Serviço de Restauração): A Secretaria não dispõe de equipamentos pesados de pavimentação, como vibroacabadoras, rolos compactadores (pneu e liso) e logística de transporte de massa asfáltica, necessários para a execução de serviços de recapeamento (demandadas pelos 90.829,56 m² de área degradada).

De modo que, para suprir ambas as necessidades (a de conservação rotineira e a de restauração estrutural), torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para atendimento da demanda ora pretendida.

15- ANEXOS

Não há anexos.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2026

MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

(Processo Administrativo nº 006/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARAGUARI, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

O *Município de Araguari* por intermédio da Secretaria Municipal de XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXX nº XXXX, na cidade de Araguari/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 16.829.640/0001-49, neste ato representado(a) pela Secretária Municipal XXXXXX Sr. XXXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXXX, de XX de XXXX de 2025, publicada no *Correio Oficial do Município* de XXXXX XXXXX de 2025, portador da Matrícula Funcional nº XXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, e-mail, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. 003/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, ATRAVÉS DE RECAPEAMENTO E TAPA BURACO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG.**

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



1						
---	--	--	--	--	--	--

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- i. O Termo de Referência;
- ii. O Edital da Licitação;
- iii. A Proposta do contratado;
- iv. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 meses** contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Fica vedada a subcontratação da parcela principal do objeto. Será admitida a subcontratação parcial exclusivamente para o serviço de SINALIZAÇÃO HORIZONTAL integrante do Lote 02, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total deste serviço, caso a licitante vencedora não possua expertise ou equipamentos próprios para esta etapa específica, vedando-se a subcontratação das demais parcelas (sarjetas, drenagem, aplicação de massa asfáltica etc.);

3.1.1. Fica vedada a subcontratação do item considerado de maior relevância técnica e que caracteriza o escopo principal de ambos os lotes, sendo:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



- FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO A QUENTE (CBUQ).

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1.1. Os preços contratados manter-se-ão fixos e irreajustáveis pelo período de **1 (um) ano**, contado a partir da data base do orçamento estimado constante na proposta da Administração (Planilha Orçamentária Referencial), nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados visando a recomposição do valor da moeda, aplicando-se a variação do índice setorial específico para o objeto, conforme abaixo:
- O índice a ser adotado será o **Índice de Custos de Obras Rodoviárias - Pavimentação**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou a família de índices do DNIT.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 7.4. O reajuste será formalizado por apostilamento, não sendo necessária a celebração de termo aditivo, conforme dispõe o art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor ou, na sua ausência, índice oficial que reflita a variação dos custos do setor.
- 7.5.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
 - 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Ente Público para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.12. A Administração terá o prazo 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Receber e enviar qualquer comunicação com o contratante por meio do endereço eletrônico informado no preâmbulo, inclusive para recebimento de ordem de serviço e intimações.

9.6. Qualquer alteração dos dados da contratada deverá ser informada de imediato à contratante.

9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.10. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 9.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.26. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.27. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.28. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.30. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.31. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.32. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.33. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.34. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.35. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



9.36. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.37. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.38. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.39. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.40. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.41. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.42. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.43. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.43.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.43.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 11.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 11.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 11.4. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.5. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 11.6. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 11.8. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 11.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 11.13. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 11.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 11.15. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.16. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.17. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



11.18. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

11.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

11.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.23. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.24. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.25. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.26. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

11.27. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

11.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.29. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.30. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.31. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.32. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

11.33. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.34. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Das sanções aplicáveis

12.2.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, Alínea "a" (Inexecução Parcial Simples), sempre que não se justificar penalidade mais grave.
- Impedimento de Licitar e Contratar (3 meses a 3 anos), por condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" (Inexecução Total/Grave/Mora Relevante), quando a gravidade não justificar a declaração de inidoneidade.
- Declaração de Inidoneidade (mínimo 3 anos), por condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" (Fraude e Atos Lesivos), ou nos casos mais graves das alíneas "b", "c" e "d".

12.3. Das multas

12.3.1. A aplicação das sanções acima poderá ocorrer cumulativamente com a multa, nos seguintes parâmetros:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- Moratória: Atraso na Execução (alínea "d"), com percentual de base de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida (Ordem de Serviço). Limite máximo de 30 (trinta) dias de mora para a parcela.
- Moratória: Atraso na Garantia (Apresentação/Reposição), com percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento). Atraso superior a 25 dias autoriza a extinção do contrato (Art. 137, I, da Lei n. 14.133/2021).
- Compensatória: Fraude/Inidoneidade (alíneas "e", "f", "g", "h"), com percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total da contratação. Multa máxima legal (Art. 156, §3º).
- Compensatória: Inexecução Total (alínea "c"), com percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.
- Compensatória: Inexecução Parcial Grave (alínea "b"), com percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- Compensatória: Conversão da Mora (alínea "d", após 30 dias), com percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação. Substitui a Moratória após o limite de 30 dias.
- Compensatória: Inexecução Parcial Simples (alínea "a") com percentual de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor total da contratação.

12.3.2. Conversão da Mora em Compensatória: O atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, ou o atraso na entrega de uma frente de serviço (Ordem de Serviço) que torne a prestação inútil ou inexecutável para a Administração, autorizará a conversão da multa moratória em compensatória (conforme faixas percentuais acima) e a extinção unilateral do contrato, nos termos do art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Solicitação	Ficha	Fonte	Dotação

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Araguari/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Araguari, ____ de _____ de 202__.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O Município de Araguari por intermédio da Secretaria Municipal de XXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXX nº XXXX, na cidade de Araguari/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 16.829.640/0001-49, neste ato representado(a) pela Secretária Municipal XXXXXX Sr. XXXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXXX, de XX de XXXX de 2025, publicada no Correio Oficial do Município de XXXXX XXXXX de 2025, portador da Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, ATRAVÉS DE RECAPEAMENTO E TAPA BURACO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20....*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, o valor de cada lote, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a lote da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles lotes para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.1.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao lote registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI

SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigo 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



MUNICÍPIO DE ARAGUARI
SECRETARIA DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES,
COMPRAS, CONTRATOS E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Lote do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade